

## Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

<http://tce.al.gov.br/portal-transparencia>

### PEDIDO Nº 38

#### IDENTIFICAÇÃO REQUERENTE

**Pessoa:** Onésimo Staffuzza

**CPF:** 78014646800

**Email:** osbrasil@gmail.com

**Telefone:** (61) 99580-8269

**IP:** 179.241.242.57

**Logradouro:** EQS 707/907

**Número:** 305 Bairro: Asa sul

**Complemento:** Ed. San Marino

**CEP:** 70390078

**Cidade:** Brasília - DF

#### PEDIDO DE INFORMAÇÃO

**Número:** 38

**Data Solicitação:** 29/10/2019

**Recebimento:** SIC-TCEAL

#### DESCRIÇÃO DO PEDIDO

**Título:** Solicitação Complementar de Informação ao Pedido de Informação

**Solciitação:**

Ao Diretor-Geral do Tribunal de Contas de Alagoas, O Senhor Daniel Raymundo de Mendonça Bernardes Assunto: Solicitação Complementar de Informação ao Pedido. Senhor Diretor-geral, Cumprimentando-o cordialmente a senhoria, o Observatório Social de Brasília, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 19.802.464/0001-40, representado pelo Diretor Administrativo e Financeiro, o sr. Onésimo Staffuzza, CPF: 780.146.468-00, protocolou o pedido de informação nº 5, no dia 08/02/2019 baseado na Lei de Acesso à Informação para obter dados econômicos e de resultado referente ao ano de 2017; no dia 27/08/2019 protocolamos o pedido de informação nº 21 solicitando que fosse informado o número de jurisdicionados e, posteriormente, protocolou o recurso nº 22 no dia 12/09/2019. Diante da negativa no fornecido uma resposta, resolvemos enviar um novo pedido de informação. Com base na Lei de Acesso à Informação e verificando o site desse Tribunal de Contas para conhecer dados econômicos e de resultado referente ao ano de 2017 encontramos os seguintes valores: DISCRIMINAÇÃO Dado 1. Receita ou repasse total Recebido do governo ( em milhões de Reais): 104,1 2. Gasto total do Tribunal (em milhões de Reais): 100,8 3. Despesas com pessoal da ativa – (menos) despesas de anos anterior, demissões e decisões judiciais (em milhões R\$) 57,1 4. Outras despesas correntes (em milhões de reais): Não encontrado 5. Investimentos (em milhões de reais) Não encontrado 6. Quantidade de decisões emitidas: Não encontrado 7. Quantidade de auditorias, inspeções concluídas: Não encontrado 8. Quantidade de processos registrados: Não encontrado Vimos solicitar a confirmação das informações acima. Caso estejam divergentes do real, solicitamos que nos sejam informados o correto, bem como indicar onde se encontra, no site do tribunal, a informação correta disponível ao cidadão. Com base no artigo 8º. Da Lei de Acesso à Informação n. 12.527 de 2011 é direito do cidadão conhecer os trabalhos executados e em execução por esse tribunal. O site do tribunal referente aos dados do ano de 2017: 9. Disponibiliza as licitações executadas 2017, as dispensas e inexigibilidade de licitações; 10. Disponibiliza as despesas detalhadas por empenho onde conste o objeto, valor e pessoa contratada; 11. Dá ao cidadão acessos aos contratos administrativos do tribunal ou no mínimo seu extrato e o processo a que deu causa; 12. Disponibiliza canal e normas para solicitação de acesso informações; 13. Disponibiliza as decisões e jurisprudências proferidas pelo tribunal; 14. Não Disponibiliza os processos com as principais peças digitalizadas para consulta; 15. Disponibiliza plano de trabalho, projetos e ações do tribunal e seus resultados; 16. Não Disponibiliza resultado das auditorias e inspeções efetivadas; 17. Tem manuais, cartilhas ou cursos que orientam conselheiros, controle interno ou gestores; Assim, vimos solicitar que seja confirmada a falta ou não dessas informações com indicação do local, bem como, solicitar ainda o esforço de disponibilizá-las no site para os cidadãos que assim quiserem consultar. Por final, solicitamos informações quanto a : 18. Quantidade de servidores efetivos, comissionados e total em 31.12.2017; 19. Quantidade de trabalhadores terceirizados em 31.12.2017; 20. Currículo completo dos atuais conselheiros; 21. Número de Órgãos/entidades jurisdicionadas. Certos de que esse Tribunal quer favorecer o controle cidadão, vimos requer a V.Exa. seja acolhida a nossa solicitação e oferecido resposta ao anseio social, despedimo-nos. Brasília, 03 de janeiro de 2020.